

Entre Narrativas e Justiça Climática: Cobertura da Globo e UOL Sobre Ativismo nas COPs

Tainá Yumi Patrianiⁱ
Ergon Cugler de Moraes Silvaⁱⁱ

Resumo: Apesar da crescente presença da mudança climática na mídia promover a popularização da problemática na esfera pública, as narrativas sobre questões socioambientais nunca foram neutras ou uníssonas. O trabalho analisa a cobertura de portais dos maiores conglomerados de mídia brasileiros, Globo e UOL, sobre os protestos populares durante a 26ª e 27ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP). O objetivo foi identificar os principais temas das notícias publicadas nos portais ao tratarem dos protestos, e discuti-los a partir da lente da justiça climática. Foram empregadas análises lexicais assistidas por Inteligência Artificial (IA) não supervisionada para classificação (cluster analysis) de 45 notícias. Os resultados mostram a formação de três diferentes agrupamentos temáticos: “Ativista Greta Thunberg”, “Demandas populares” e “Compromissos das partes”. Salvo a exceção de uma notícia, as narrativas encontradas não fomentam a justiça climática. Mais da metade das notícias provém de agências internacionais.

ⁱ Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil

ⁱⁱ Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil

Palavras-chave: Protestos; justiça climática; mídia; análise lexical; COP.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc00932vu28L3AO>

Introdução

Na modernidade, a emergência climática tornou-se a principal manifestação do impacto humano sobre a Terra. Como já alertavam especialistas em meados do século XX, o aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera tem alterado a dinâmica do clima (CALLENDAR, 1938; REVELLE; SUESS, 1957; KEELING, 1960), com impactos nos sistemas naturais e humanos (IPCC, 2022). Apesar disso, as discussões em torno da problemática demoraram a transpor o campo acadêmico e ganhar expressão na esfera pública, processo que tem sido facilitado em grande medida pelas mídias de notícias.

Ao estabelecerem conexões entre a sociedade, a ciência e a política, as mídias podem auxiliar a população na compreensão do fenômeno da mudança climática (BOYKOFF; MCNATT; GOODMAN, 2015), e contribuir para a percepção de seus riscos (KASPERSON *et al.*, 1988). Diante de um fluxo contínuo de ocorrências noticiáveis, os fatos jornalísticos podem ser compreendidos como unidades de significação (GENRO FILHO, 1987), constituídas a partir da articulação entre a objetividade material e decisões editoriais. Nesse sentido, um mesmo evento da realidade pode ser noticiado apresentando-se múltiplas perspectivas de atores ou instituições, recortes geográficos ou históricos, e linguagens.

No Brasil, até 2008, a cobertura da pauta climática no Brasil se concentrava sobretudo em jornais de circulação nacional e tendia a reproduzir a agenda climática internacional (VIVARTA, 2010) e as perspectivas do Poder Executivo nacional e internacional (23,3% dos casos no período de 2005 a 2007 e 32,7% dos casos no período de 2007 a 2008). Como observa Anabela Carvalho (2019), é comum que as vozes reproduzidas e endossadas pela mídia dominante sejam as de atores de grande poder político e econômico. Nesse sentido, trabalhos como Caporal e Costabeber (2000), Oreskes e Conway (2010), Leff (2015) e Dryzek (2013) observam que as vozes que emergem de discursos ambientais podem se confundir à primeira vista, mas não são necessariamente ambientalistas e uníssonas.

Os discursos ambientais emergem nas sociedades industriais a partir de instituições e atores cujas ideologias podem ser radicalmente diferentes, tais como o liberalismo, o conservadorismo, o socialismo, o marxismo e o fascismo. As ideologias se manifestam no discurso através da articulação de elementos que incluem determinadas entidades e relações naturais, podendo fomentar a manutenção ou a transformação de estruturas sociais (DRYZEK, 2013; FAIRCLOUGH, 2001). Em um cenário de emergência climática, o trabalho sustenta que um olhar atento para discursos ambientais presentes em mídias *mainstream* é uma forma de compreender o sucesso social das diferentes ideologias concorrentes e sua relação com a justiça climática.

A justiça climática, segundo Mary Robinson, “projeta uma mudança de um discurso sobre gases de efeito estufa e derretimento das calotas polares para um movimento de direitos civis com as pessoas e comunidades mais vulneráveis aos impactos climáticos em seu centro” (ROBINSON, 2019, tradução nossa). O fomento à justiça climática, portanto, é avesso a perspectivas tecnocráticas sobre questões socioambientais contemporâneas. Está baseado no reconhecimento de que padrões de desigualdade historicamente constituídos, como o colonialismo, a desigualdade e marginalização relacionada a gênero, etnia e baixa renda influenciam a vulnerabilidade de populações às mudanças do clima (IPCC, 2022).

Com isso em vista, o estudo lança luz sobre a cobertura midiática de protestos populares pelo clima ocorridos em paralelo à 26ª e 27ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP). Compreende-se que os discursos midiáticos sobre esse tipo de mobilização podem ter efeitos sociais, como fomentar uma percepção popular sobre a intrínseca relação entre a crise climática e a radicalização da marginalização de grupos minoritários. Assim, o nosso objetivo é identificar os principais temas de narrativas dos portais de mídia dos conglomerados “Globo” e “UOL” na cobertura das manifestações e discuti-las sob a ótica da justiça climática. Para tanto, foram empregados procedimentos de análise de conteúdo com base em Bardin (2011) em associação com análises lexicais multivariadas para classificação (*cluster analysis*).

Não há neutralidade nas narrativas ambientais

Para compreender discussões sobre clima e justiça climática, é preciso reconhecer a diversidade de narrativas ambientais que se constituíram ao longo de cinquenta anos de discursos ambientais. A preocupação ambiental internacional foi estabelecida no início da década de 1970 por meio de discursos sobre os limites da Terra diante do desenvolvimento industrial. Desde então, diferentes narrativas emergiram contestando tais limites; advogando por transformações sistêmicas radicais; propondo soluções baseadas na administração pública, na interação democrática entre atores sociais, em mecanismos de mercado, ou ainda, em transformações culturais e políticas mais radicais. Apesar disso, como argumenta Dryzek (2013), o discurso sobre o desenvolvimento sustentável é, provavelmente, aquele que obteve o maior sucesso social, principalmente após a publicação do Relatório Brundtland (1991) – Nosso Futuro Comum – no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em princípio, o desenvolvimento sustentável fazia parte do léxico ambientalista, principalmente de países em desenvolvimento, que vislumbravam o potencial de tecnologias acessíveis e consistentes com a realidade local (DRYZEK, 2013; LEFF, 2015). Na concepção de Brundtland, o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p.46). Ele carrega um caráter imaginativo e conciliador entre o desenvolvimento econômico, ecológico e social em uma ideia de novo mundo possível. Não obstante, o que o desenvolvimento sustentável significa, na prática, foi e ainda é objeto de disputas, nas quais diferentes interesses ideológicos buscam consolidar de modo abrangente os próprios significados.

Conforme Francisco Caporal e José Costabeber, *sustentabilidade* é um conceito cujo uso indiscriminado “tem permitido toda a sorte de ocultações de natureza ideológica” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19). Nesse sentido, os autores destacam duas correntes teóricas relacionadas ao desenvolvimento sustentável que surgiram na década de 1970: a *ecotecnocrática* e a *ecossocial*. A corrente *ecotecnocrática*, com sua mais expressiva representação no Relatório Brundtland, mantém estreita relação com o discurso liberal. A despeito de prejuízos ecossistêmicos e sociais, ela se orienta para o contínuo crescimento econômico e mostra-se otimista em relação a soluções tecnológicas e econômicas. Ela

não apresenta questionamentos ao modelo de sociedade industrializada ocidental ou toca em questões como o respeito à diversidade cultural e biológica.

A corrente *ecossocial*, por outro lado, critica abertamente a abordagem liberal. Sem deixar de reconhecer a relevância de tecnologias, essa é uma concepção que se caracteriza por reivindicar a transformação das estruturas de sociedades industrializadas e orientadas pelo imperativo econômico. Ela é heterogênea e combina perspectivas culturalistas e ecossocialistas que reconhecem a insuficiência do mercado como meio de resolução da crise socioambiental. Em sua diversidade, a corrente ecossocial reivindica soluções que fogem à conotação econômica de desenvolvimento (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Essas são vozes que, diante de uma ordem econômica capitalista, se manifestam mais frequentemente em movimentos populares organizados. Exemplo disso são encontros, como o *Klimaforum 09 - People's Climate Summit*, realizado em paralelo à COP 15, e protestos que ocorrem à margem das COPs anualmente.

Especificamente em relação à questão climática, um discurso ambiental – embora não ambientalista – que ganhou amplitude no final da década de 1980, foram as campanhas de promoção de dúvidas sobre o aquecimento global impulsionadas por coalizões corporativas interessadas em combustíveis fósseis (UCS, 2013; BRULLE, 2019). A princípio, esse “contramovimento climático” buscava ridicularizar e negar as constatações de cientistas do clima. Para tanto, notícias, editoriais abertos de jornais (*op-eds*), livros, revistas e outros tipos de conteúdo eram publicados no final do século XX no intuito de promover discursos contrários ao movimento climático (MCCRIGHT; DUNLAP, 2000). Todavia, já nos anos 1990, diversas empresas notaram a existência de vantagens competitivas ao adotarem um discurso tecnocrático de defesa ao meio ambiente (NOBLE, 2009).

O discurso tecnocrático permitiria às corporações, ao mesmo tempo, (1) se apropriar da pauta climática, sugerindo, que as soluções fossem confiadas a tecnologias e mecanismos de mercado (NOBLE, 2009); (2) promover uma imagem “verde” e sustentável; (3) amenizar a preocupação pública com o aquecimento global antropogênico; e (4) ocultar a sua relação com o contramovimento climático (GELBSPAN, 1998). Para a promoção dessa imagem “verde”, tem sido importante que uma rede de atores e instituições como cientistas, mídias de notícias, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros atores e instituições, atestem a credibilidade dos discursos corporativos (ALMEIDA JUNIOR; GOMES, 2012).

Nesse contexto, Diprose e colaboradores (2017) destacam os desafios trazidos pela mudança climática para o desenvolvimento comunitário, ressaltando a complexidade da interação entre fatores biofísicos, socioeconômicos e políticos. Suas reflexões, ilustradas por mobilizações na Nova Zelândia, evidenciam que a luta pela justiça climática pode implicar resultados práticos de modo eficaz, mas não está isenta de resistências violentas por parte do Estado e da sociedade. Por outro lado, em contextos de governos corporativistas, mesmo a inclusão de ambientalistas mais críticos, tais como ecofeministas, ecossocialistas, ecoteologistas, defensores da justiça ambiental e climática e outros, corre o risco de esgotar a esses movimentos na esfera pública (DRYZEK, 2013). Essas são reflexões cruciais para compreendermos as dinâmicas do ativismo climático contemporâneo e suas implicações

para a construção de narrativas e práticas de justiça climática.

Diante das disputas de narrativas em torno da questão climática, emerge a importância de estudos sociais na análise crítica da cobertura midiática de pautas ambientais contemporâneas. Trabalhos como Painter e Ashe (2011) e McAllister *et al.* (2021) reconheçam que discursos céticos à existência, causas ou impactos da mudança climática antropogênicas estão concentrados em países anglófonos. No entanto, há um espectro de narrativas climáticas de ampla circulação que podem obliterar um grande problema social que atravessa a emergência climática: a distribuição desigual dos riscos associados ao fenômeno (DRYZEK, 2013). Nesse sentido, a justiça climática está preocupada com a relação entre os riscos ambientais gerados pelas sociedades industriais e seus efeitos sobre mulheres, pessoas pobres, pretas e aquelas diretamente dependentes de recursos naturais, como comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Conforme Bullard (2005), a igualdade possui significados distintos para as pessoas. A percepção de igualdade/desigualdade pode estar relacionada à justiça em decisões governamentais, de modo que a aplicação de determinada política não ocorra de forma discriminatória; à equidade na distribuição espacial das comunidades, considerando sua proximidade a riscos ambientais; e/ou à igualdade social – racial, étnica, cultural, de classe, de estilo de vida, etc. – tendo em vista a existência de padrões de grupos socialmente marginalizados. Diante disso, a promoção da justiça climática implica inclusive em um processo de lançar luz sobre os impactos e experiências locais, as vulnerabilidades desiguais, as vozes das comunidades e demandas por soberania e funcionamento comunitário (SCHLOSBERG; COLLINS, 2014).

No Brasil, um país em desenvolvimento que é objeto de diversas discussões climáticas internacionais, sobretudo devido ao seu histórico de desmatamento, persiste uma lacuna de investigação dos diferentes discursos climáticos promovidos por atores não-institucionais. Assim, mostra-se necessária a condução de investigações que centralizem as perspectivas e o papel de militantes do clima nessa agenda e avaliem a forma como esses são retratados em discursos dominantes. Os estudos de mídia, atuando na interface entre as ciências sociais e ambientais, podem abrir caminho para uma compreensão sobre a relação que as narrativas ambientais mantêm com determinadas matrizes ideológicas e o fomento à justiça climática.

Mídia e cobertura da pauta climática

Ao longo das últimas décadas, a literatura brasileira tem acompanhado o papel da mídia na cobertura da agenda do clima. Esse ainda é um tópico mais presente em mídias de circulação nacional no país (VIVARTA, 2010) – motivo pelo qual nos concentraremos nessa escala. Nas diferentes mídias, há um conjunto de inclinações que direcionam a escolha de temas, a contextualização, o enquadramento do problema e as fontes consultadas. Conforme Adelmo Genro Filho (1987), a produção de toda notícia carrega certo grau de subjetividade, uma vez que implica na escolha daquilo que será tomado como um fato jornalístico e a forma como este é retratado. Chaparro (2007) também destaca que a produção jornalística é influenciada por um conjunto de fatores que incluem normas

profissionais, convenções institucionais, pressões comerciais, políticas e ideológicas. Assim, as rotinas produtivas moldam não somente o conteúdo das notícias, mas elementos que estão além da superfície do texto, como o investimento ideológico da narrativa e a perspectiva apresentada ao público.

Entre mídias *mainstream*, é possível observar uma tendência à apresentação de perspectivas liberais (CARVALHO; LOOSE, 2018; MORAES, 2017). Essas, conforme Anabela Carvalho (2019), possuem uma abordagem voltada para o lucro, priorizam grandes audiências, costumam defender pontos de vista hegemônicos e mantêm certa proximidade com fontes oficiais, tais como políticos e representantes de empresas. Nas palavras da autora,

[...] mesmo a mídia dominante mais progressista baseia-se em certas – aparentemente inquestionáveis – ideias que são a base da injustiça climática, a saber, os metadiscursos da economia de livre mercado e a formulação de políticas de elite, ambos sustentados pelos metadiscursos do progresso tecnocientífico (CARVALHO, 2019, p. 122-123, tradução nossa).

É nesse sentido que grandes mídias brasileiras, como a Folha de S. Paulo, têm falhado em questionar o estado das ações climáticas no país (ZAMITH; PINTO; VILLAR, 2012). Mídias pequenas e independentes, por outro lado, podem apresentar enquadramentos radicalmente distintos ao discutir um mesmo fenômeno da realidade social. Esse processo foi observado por Martirani e Peres (2016) ao analisarem a narrativa da cobertura da crise hídrica que atingiu a região de São Paulo em 2014. Em síntese, enquanto os grandes veículos chamavam a atenção para o consumo de água e a mudança climática de maneira abrangente; as mídias menores traziam críticas à falta de transparência do Poder Público no gerenciamento da crise, apelando também para as causas estruturais do problema e os interesses privados.

Também é comum que mídias *mainstream* abriguem campanhas publicitárias para a promoção de imagens “verdes” de grandes corporações e grupos setoriais (ALMEIDA JÚNIOR; GOMES, 2012). Ao analisar anúncios publicados sobre a indústria do etanol em mídias brasileiras, dos Estados Unidos e Europa, Assis (2016) observa que a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico, o combate ao aquecimento global e a energia limpa são importantes noções mobilizadas para imprimir uma imagem “verde” ao setor. Nesse processo, os impactos negativos da monocultura de cana são obliterados e a problemática do aquecimento global é articulada de modo que serve como justificativa para a continuidade do modelo de produção.

As mídias de notícias são agentes relevantes na formação de opiniões e no agendamento de pautas públicas. No caso de uma questão complexa como as alterações do clima, o processo de tradução da linguagem científica para uma linguagem mais acessível e o uso de recursos visuais confere às mídias o potencial de contribuir para a construção de percepções e atitudes das pessoas em relação à problemática (FERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; MENDOZA, 2021). No entanto, é preciso que as mídias estejam orientadas

para a justiça climática e abram espaço para perspectivas transformadoras de lidar com as alterações do clima e suas causas sistêmicas.

Compreendemos que os protestos durante as COPs 26 e 27 são um pequeno recorte das diversas formas de resistência de grupos e povos diante de uma crise socioambiental que atinge as populações humanas de maneira desigual. Por isso mesmo, uma leitura crítica sobre a realidade climática é especialmente desejável em países latino-americanos e outros considerados *hotspots* de alta vulnerabilidade à crise atual (IPCC, 2022).

Materiais e métodos

Para atender ao nosso objetivo de identificar os principais temas articulados pela Globo e UOL ao tratarem dos protestos nas COPs 26 (em Glasgow, Escócia) e 27 (em Sharm el-Sheikh, Egito), o estudo se propõe a analisar o conteúdo de notícias publicadas pelos portais sob domínio desses grupos nos períodos de duração das Conferências, com foco no léxico. A COP 26 aconteceu entre 31/10/2021 e 13/11/2021 e a COP 27, entre 06/11/2022 e 18/11/2022.

A Análise de Conteúdo (AC), conforme Laurence Bardin (2011), consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos que permite analisar textos de maneira objetiva e sistemática. Tipicamente, a AC conta com uma pré-análise, exploração do material, categorização ou codificação, seguido do tratamento dos resultados e realização de inferências e interpretações (BARDIN, 2011). Orientada pela perspectiva teórica da justiça climática, o estudo emprega a estratégia de pesquisa de métodos mistos do tipo aninhada concomitante (CRESWELL, 2007) para integrar procedimentos automatizados à AC. Essa estratégia permite trabalhar com os dados de forma qualitativa e quantitativa, de modo que o estudo ganha perspectivas de diferentes níveis.

Com o suporte do software Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), a AC se beneficia de uma abordagem complementar na interpretação dos dados textuais que favorece uma compreensão do fenômeno em estudo de modo sistematizado, detalhado e com rigor estatístico (CAMARGO; JUSTO, 2013a). O uso de software auxilia nas fases de pré-análise e categorização do corpus ao fornecer insights sobre a existência de padrões e tendências nos textos. Na prática, a pré-análise é facilitada pelas estatísticas textuais, ao passo que a categorização é orientada pela análise de *cluster*. As inferências e interpretações, por fim, descrevem aspectos quantitativos e qualitativos dos materiais analisados.

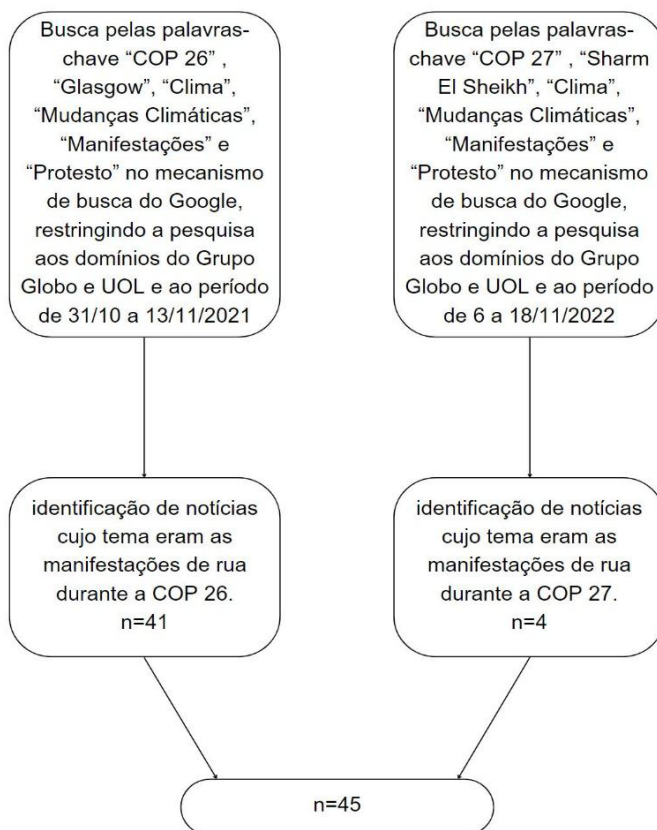
Autores como Chen *et al.* (2022), Ahmed *et al.* (2020) e Ceron, De-Lima-Santos e Quiles (2021) têm utilizado a clusterização em análises de conteúdo, com destaque para a publicação de Keller e colaboradores (2020), que a empregaram para a investigação de duas décadas de notícias sobre mudança climática, observando tendências e debates no território da Índia. Cumpre salientar que a clusterização viabiliza a categorização do conteúdo, mas não substitui a atuação do analista. As análises automatizadas são subsidiárias e forneceram uma estrutura inicial que direcionou a atenção dos pesquisadores para questões latentes nos textos originais. A abordagem combinada amplia a compre-

ensão do conteúdo, favorecendo a identificação de padrões e uma visão abrangente do fenômeno em estudo.

a. Extração de dados

Para a construção do *corpus* de análise, as notícias foram selecionadas em duas etapas (figura 1). Inicialmente, foi realizada a busca por palavras-chave no mecanismo de busca do Google, restringindo a pesquisa aos domínios do Grupo Globo e UOL e ao período das duas conferências. Em seguida, foram selecionadas apenas as notícias cujo tema eram as manifestações de rua durante as COPs 26 e 27. Operacionalmente, essa identificação foi realizada a partir da coleta de notícias que continham as palavras-chave “COP 26” ou “COP 27”, “Glasgow” ou “Sharm El Sheikh”, “Clima”, “Mudanças Climáticas”, “Manifestações” e “Protesto” em seus títulos ou *leads*.

Figura 1 – Construção do *corpus* de análise.



Fonte: os autores, 2025.

Foram coletadas 20 notícias das plataformas digitais do Grupo Globo, distribuídas da seguinte maneira: Época Negócios (8), G1 Meio Ambiente (4), Jornal Nacional (2), G1 Natureza (2), O Globo - Mundo (2), G1 Mundo (1), G1 Distrito Federal (1), G1 Política (1), Galileu (1) e Vogue (1). Do Grupo UOL, foram obtidas um total de 25 notícias, sendo estas oriundas das páginas: UOL Meio Ambiente (9), Folha de S. Paulo (7), Ecoa (4), UOL Internacional (1) e UOL Política (1)¹.

Embora essa distribuição possa ser considerada proporcional em relação dos grupos de mídia, apenas quatro de um total de 45 notícias coletadas eram referentes à COP 27. Essa disparidade limitou a capacidade do estudo de apresentar análises comparativas entre as edições do evento. Ainda assim, ela sugere a existência de questões não quantificáveis que subjazem as manifestações populares na 27ª edição da COP.

Durante a COP 27, os veículos O Eco², Mídia Ninja³ e Exame⁴ denunciaram um conjunto de problemas enfrentados por manifestantes no Egito, incluindo a prisão de organizadores dos protestos, designação de uma área de deserto para a realização de manifestações populares, bem como sua proibição no complexo do evento. Alguns desses problemas também foram expostos em reportagem do O Globo⁵ após o período de duração da COP 27, apresentando a repressão como um traço da realidade mais ampla do regime político do país.

Outro fato que pode ter influenciado a falta de protestos e, consequentemente, de notícias a respeito em 2022 é o contexto de pandemia global. A Covid-19 acirrou o acesso de pessoas a uma diversidade de países, incluindo o Egito. Cumpre salientar, no entanto, que esse impasse não surtiu o mesmo efeito em 2021, quando a COP 26 atraiu milhares de manifestantes.

b. Descrição e análises

Definimos, para as nossas análises, o uso das seguintes classes gramaticais (formas ativas): todos os verbos, adjetivos e substantivos. Com os dados estruturados conforme definições do *software*, foi realizada a descrição do *corpus* e condução das análises. Com 45 notícias, os textos foram transformados em dados estruturados para a adequação do *corpus* ao formato exigido pelo Iramuteq. O procedimento de estruturação do *corpus* consistiu em remover caracteres como @, %, \$, *, °, ª, “, ‘, -, —, ..., URLs, legendas de fotos e anúncios publicitários. Outro tratamento padrão, realizado pelo Iramuteq, é a lematização – um procedimento automático que reduz todas as inflexões de uma palavra a uma mesma forma ou *lemma*. Assim, substantivos são convertidos para o singular, ad-

1 - *Corpus* disponível no link: <<https://zenodo.org/doi/10.5281/zenodo.14884986>>

2 - Notícia na íntegra em: <<https://oeco.org.br/noticias/boletim-cop-27-finalmente-ocorreu-o-primeiro-protesto/>>

3 - Notícia na íntegra em: <<https://midianinja.org/news/protestos-na-cop-27-pedem-por-justica-climatica-e-fim-dos-combustiveis-fosseis/>>

4 - Notícia na íntegra em: <<https://exame.com/esg/cop27-tem-protestos-apesar-da-linha-dura-adotada-pelo-governo-egipcio/>>

5 - Notícia na íntegra em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/entre-o-deserto-e-o-mar-vermelho-sharm-el-sheikh-evidencia-contradicoes-da-cop27.ghtml/>>

jetivos para o singular masculino e verbos para o infinitivo.

Diversos autores apontam a versatilidade do Iramuteq para realizar análises lexicais, de conteúdo e discursivas (CAMARGO & JUSTO, 2013a, 2013b; FERREIRA; OLIVEIRA-FILHO, 2021; SÁNCHEZ; ARROZ; GABRIEL, 2021). Utilizando essa ferramenta, buscamos classificar os conteúdos extraídos, avançando para uma organização temática das principais discussões levantadas pelos portais dos grupos Globo e UOL. As análises realizadas seguem as diretrizes de Camargo e Justo (2013a, 2013b) para as análises multivariadas que seguem.

1. *Classificação Hierárquica Descendente (CHD)*: uma análise de *cluster* realizada a partir de aprendizagem de máquina (*machine learning*) não-supervisionada. Trata-se de um procedimento de Inteligência Artificial indutiva que agrupa Segmentos de Texto (ST) (~40 palavras) em classes de acordo com a frequência de seus vocábulos lematizados.
2. *Análise Fatorial de Correspondência (AFC)*, que resume as informações das variáveis qualitativas originais da CHD em um pequeno número de fatores. Esse procedimento permite uma melhor visualização das associações de palavras apontadas pela análise de *cluster*.

A partir da CHD, também olhamos para os Segmentos de Textos Típicos (STTs) de cada classe para uma melhor compreensão do léxico de cada agrupamento. Os STTs possuem *scores*, que consistem na soma dos chi-quadrado das palavras com $p\text{-valor} < 0,05$ presentes no ST.

Resultados e discussão

A partir das 45 notícias coletadas, o obteve-se 638 STs, com aproveitamento de 513 STs (80,41%). Desses emergiram 22.636 ocorrências, sendo 3.826 palavras distintas e 1.894 com uma única forma (*hapax*). Por meio da leitura flutuante dos textos, foram identificados alguns focos de atenção nas notícias analisadas, como a COP de Glasgow, a ativista sueca Greta Thunberg e a questão indígena. Também foi observado que 23 das 45 notícias (51,1%) eram provenientes de agências internacionais de notícias, como a espanhola EFE, as francesas RFI e AFP, as britânicas BBC e Reuters e a italiana ANSA. Esse resultado corrobora as conclusões de Vivarta (2010) e Zamith, Pinto e Villar (2012) sobre a alta frequência de notícias publicadas no Brasil que reproduzem a agenda climática internacional, sobretudo europeia.

Diante disso e da tendência que grandes veículos de mídia brasileiros possuem para a apresentação de uma perspectiva liberal (CARVALHO; LOOSE, 2018; MORAES, 2017), o contato inicial com o *corpus* conduziu à estruturação das seguintes hipóteses:

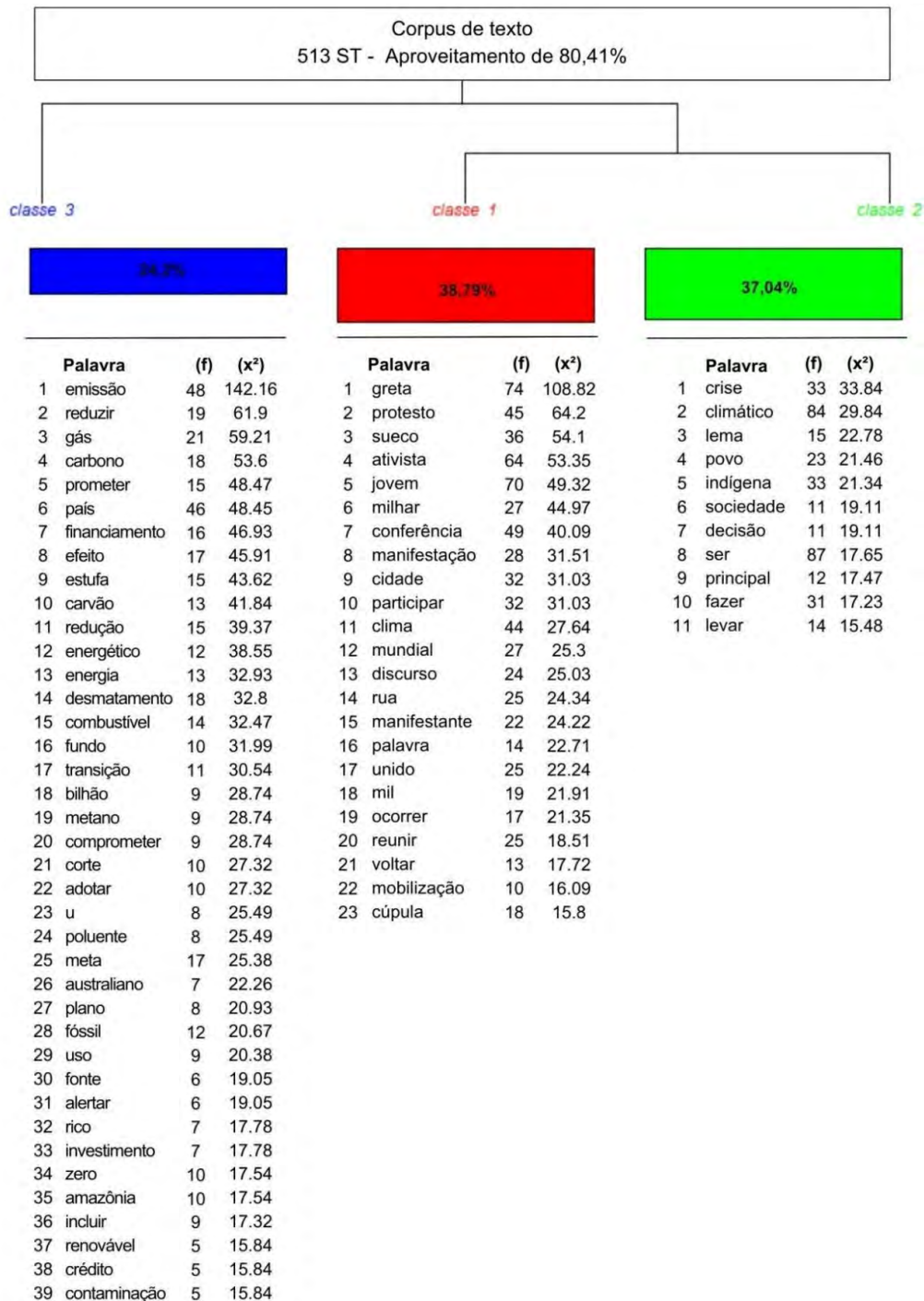
Os portais de mídia *mainstream* analisados têm falhado em fomentar a *justiça climática* na cobertura dos protestos paralelos às COPs.

Mesmo quando o ativismo climático é tema de notícia, há uma tendência à apresentação da perspectiva de jovens.

a. Análise de *cluster*

A análise de *cluster* gerou três classes: classe 1, com 199 STs (38.79%); classe 2, com 190 STs (37.04%); e classe 3, com 124 STs (24.17%). A figura 2 apresenta um organograma com as principais palavras estatisticamente significativas para cada classe (i.e. aquelas com $p\text{-valor} < 0,0001$), suas respectivas frequências (f) e chi-quadrado (χ^2).

Figura 2 – Organograma com as classes obtidas na análise de *cluster* e palavras com maior significância estatística para cada classe (p-valor < 0,0001).



Fonte: os autores, 2025.

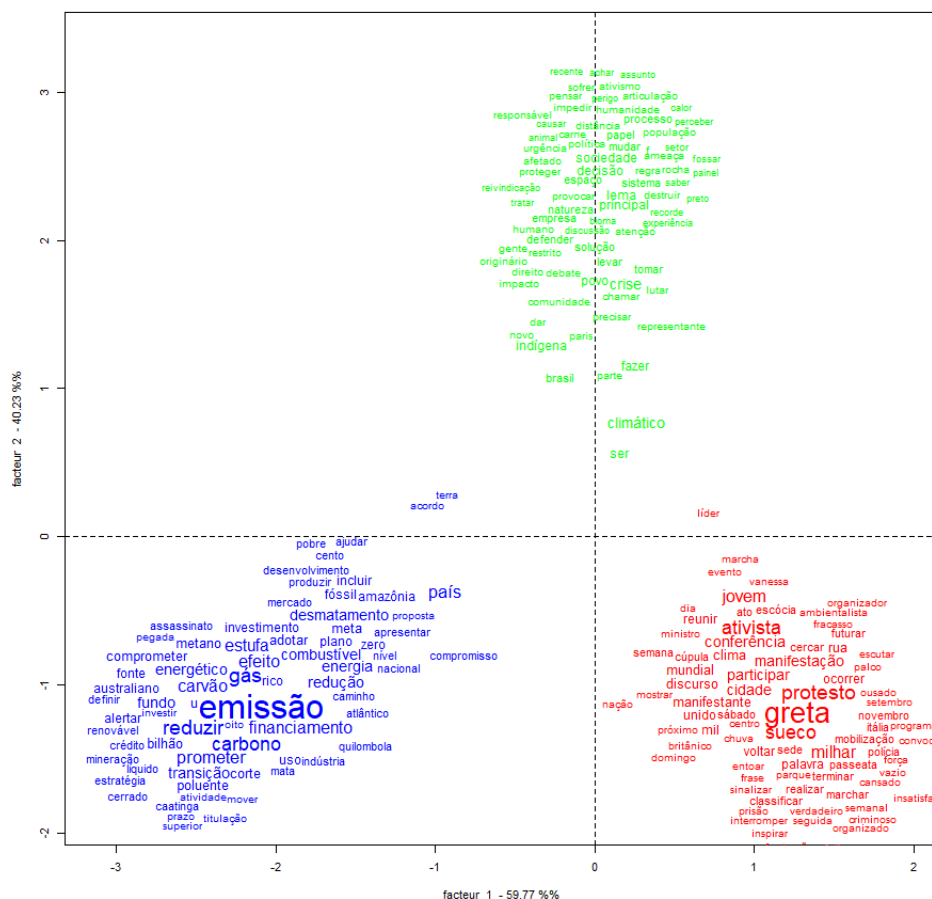
No total, 114 palavras foram incluídas na classe 1 ($p\text{-valor} < 0,05$). Também foi identificado que essa classe está mais associada às mídias G1 Natureza ($p\text{-valor} 0,00033$), UOL Meio Ambiente ($p\text{-valor} 0,01098$), e O Globo - Mundo ($p\text{-valor} 0,01311$).

Na classe 2, 101 palavras foram classificadas ($p\text{-valor} < 0,05$). Essa apresenta maior associação com a mídia Folha de S. Paulo ($p\text{-valor} < 0,0001$) e Galileu ($p\text{-valor} 0,0269$). As classes 1 e 2 estão mais proximamente relacionadas quando comparadas à classe 3. A partir do organograma é possível observar que enquanto as duas primeiras classes tratam dos protestos e de ativistas, a classe 3 aborda questões e conceitos gerais associados aos compromissos dos países, principalmente no que tange a mitigação da mudança climática. A classe 3 contempla 144 palavras ($p\text{-valor} < 0,05$) e não apresenta maior ou menor associação com qualquer mídia analisada. Isso significa que as palavras incluídas nessa classe estão distribuídas de tal forma entre os textos que não é possível relacioná-la com páginas específicas.

b. Análise Fatorial de Correspondência

Para a visualização da relação entre as classes, foi realizada uma Análise Fatorial por Correspondência (AFC), a qual apresentou dois fatores responsáveis pela retenção das informações do corpus (fator 1 - 59,77%; fator 2 - 40,23%) (figura 3).

Figura 3 – Análise Fatorial de Correspondência a partir da Análise de Cluster (tamanho das palavras relacionado ao chi-quadrado).



Fonte: os autores, 2025.

A AFC ilustra a formação dos três agrupamentos no plano cartesiano. Observando os respectivos perfis das três classes, delineados através da clusterização e da análise fatorial, é possível nomeá-las a partir de seus temas da seguinte maneira:

Classe 1: “Ativista Greta Thunberg”;

Classe 2: “Demandas populares”;

Classe 3: “Compromissos das partes”.

Para avançar na discussão e inferências sobre essa categorização, são apresentados e discutidos os principais Segmentos de Texto Típicos de cada classe.

c. Segmentos de Textos Típicos

Cada uma das três classes possui seus próprios STTs, isto é, segmentos que melhor as

representam. Eles são obtidos a partir de um score, calculado pela soma dos chi-quadrado das palavras de um ST que possuem significância estatística para a classe (p-valor < 0,05; marcadas em negrito no quadro 1). Assim, STTs são STs com altos scores. Abaixo, no quadro 1, apresentamos os três STTs de maior score da classe 1 e os respectivos portais onde foram publicados.

Quadro 1 – STTs de maior score por classe e portais onde foram publicados.

Segmento de Texto Típico (STT)	Portal	Classe	Score
Adolescente participou de protesto nas ruas de Glasgow, na Escócia , durante realização da Cúpula. A ativista Greta Thunberg voltou a criticar os discursos dos líderes mundiais sobre o clima e afirmou que eles “fingem” os compromissos que apresentam na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas , a COP 26.	Época Negócios	1	488.97
A jovem ativista sueca Greta Thunberg declarou ontem que a conferência sobre a mudança climática de Glasgow (COP 26) é “um fracasso ”, a uma semana do encerramento das negociações. “Não é segredo que a COP6 é um fracasso ”, disse Thunberg a milhares de jovens na cidade escocesa .	UOL Internacional	1	410.50
A ativista sueca falou depois que milhares de manifestantes marcharam por Glasgow na sexta-feira para protestar contra a COP 26. Greta Thunberg disse em um discurso diante de manifestantes em Glasgow que a cúpula do clima COP 26, atualmente em andamento no Reino Unido , foi um “ fracasso ”.	G1 Meio Ambiente	1	410.26
A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) defende , entre outros pontos, a demarcação de terras e a inclusão dos povos originários em espaços de debate e de tomada de decisão. “Não existe solução para crise climática sem terras e povos indígenas ”.	Galileu	2	219.07
The Vegan Kind; Vegan Organic Net. O que fazem : Para eles, os setores de carne e leite são a principal causa da crise climática , uma ameaça à natureza e à vida selvagem, um poluidor da terra [...]	Folha de S. Paulo	2	163.96
Marcelo defendeu , ainda, que a COP seja “ambiciosa e realista” em suas propostas de enfrentamento à crise climática . “É urgente considerar outros modelos de desenvolvimento, outras formas de bem viver em sociedade que reconectem as relações humanas e sua constituição como parte da natureza ”, afirma.	Ecoa	2	155.38

Esta semana, alguns países se comprometeram a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa , a parar de usar o carvão como fonte de energia , a acabar com o financiamento estrangeiro de combustíveis fósseis , a conter o desmatamento e a reduzir a emissão de metano .	Ecoa; G1 Meio Ambiente	3	705.08
No meio das negociações sob a égide das Nações Unidas, alguns países se comprometeram esta semana a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa , a parar de usar o carvão como fonte de energia [...]	O Globo Mundo	3	528.02

Fonte: Autores, 2025.

A classe 1 é nomeada “Ativista Greta Thunberg” devido ao foco na ativista. Seu nome, “Greta”, é a palavra mais frequente da classe, repetindo-se 74 vezes. A partir da análise de *cluster*, nota-se que essa é uma classe mais associada ao G1 Natureza, UOL Meio Ambiente e O Globo - Mundo, ou seja, essas foram as mídias que mais privilegiaram narrativas que enalteciam a ativista como uma figura central nos protestos.

Orientados pela perspectiva da justiça climática e consequentemente, epistêmica, compreende-se que retratar um protagonismo, personificando os protestos na imagem da jovem sueca, é problemático na medida em que a questão em pauta se resume a um recorte de alguns dos comportamentos e falas. Nesse processo, os milhares de manifestantes deixam de ser reconhecidos como agentes diante da emergência climática, restando a figura de uma adolescente insatisfeita. A construção dessa figura remete a estereótipos do comportamento juvenil, colocados em contraste com os compromissos de autoridades na COP, a qual é reconhecida como entidade legítima. Diante disso, evidencia-se uma preocupação em manter uma distância segura de críticas à convenção, que aproxima a classe 1 de uma perspectiva ecotecnocrática e burocrática. Na materialidade do texto, esse distanciamento também se evidencia no uso de citações diretas (caracterizadas pelo uso de aspas) a expressões mais duras da ativista, como “fracasso” (ex. STT 2, referente à classe 1, no quadro 1).

Uma cobertura orientada para a justiça climática poderia tomar os protestos como oportunidades de denunciar desigualdades sistêmicas, a vulnerabilidade de determinados grupos sociais, e apresentar perspectivas transformadoras para o enfrentamento da crise. Considerando o amplo alcance das mídias associadas à classe 1, seria social e ambientalmente relevante apresentar ao público brasileiro as críticas de manifestantes contrerrâneos, contextualizando-as com demandas climáticas nacionais, tais como a demarcação de terras indígenas, o planejamento urbano adaptativo e a erradicação do desmatamento ilegal na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

A classe 2, nomeada “Demandas populares”, traz à tona reivindicações, valores e ideais de diferentes grupos de manifestantes. Entre os termos mais frequentes na classe estão “povo”, “indígena” e “sociedade”, as quais indicam proximidade com discussões de cunho social. Os portais do jornal Folha de S. Paulo e da revista Galileu são os que melhor ilustram a classe 2, segundo as análises. No primeiro STT referente à classe 2

(quadro 1), extraído de notícia publicada pela revista Galileu, as palavras destacadas remetem à questão indígena no Brasil e à demarcação das terras desses povos. Assim, há uma preocupação em contextualizar a temática dos protestos em relação a uma realidade mais próxima do leitor brasileiro. A notícia de onde esse STT foi retirado traz a pauta da demarcação de terras, incluindo dados e referências científicas e toca na importância da preservação de culturas. A notícia publicada pela Galileu fomenta a justiça climática ao colocar as experiências, vulnerabilidades e demandas indígenas no centro da discussão. Nesse processo os povos indígenas são reconhecidos como agentes legítimos, bem como sua relação com a natureza.

No segundo STT da classe 2 (quadro 1), a Folha de S. Paulo apresenta uma breve descrição de grupos ativistas do veganismo presentes nos protestos. A notícia de onde o excerto foi extraído reconhece a atuação de diversos movimentos sociais – “pacifistas”, “contra a carne”, religiosos”, “terapeutas”, “ativistas culturais”, “educadores”, “trabalhistas”, “separatistas”, “camponeses”, “antirracistas”, “imigrantes”, “indígenas”, “alternativos”, “jovens”, “feministas” e “socialistas” – o que ressalta a diversidade de perspectivas populares na luta climática. Todavia, a Folha de S. Paulo retrata as manifestações como um “encontro de tribos” e simplifica a justiça climática a uma “versão expandida e atualizada do ambientalismo”. Não são traçadas relações entre os movimentos e o Brasil ou ativistas brasileiros. De fato, não há qualquer menção ao país na notícia como um todo.

Em contraste, o terceiro STT da classe 2 (quadro 1), publicado pelo portal Ecoa, se concentra na perspectiva de um ativista brasileiro, Marcelo Rocha. A notícia apresenta expectativas do ativista diante das negociações previstas na COP 26, discute conceitos como o “racismo climático” e reproduz, na íntegra, suas demandas por uma revisão do modelo de desenvolvimento atual para fortalecer relações humanas. No STT, esse apelo é incorporado nos termos “crise”, “climática”, “urgente”, “relações”, e “humanas”. Não obstante, a posição do ativista existe na notícia somente em relação àqueles que são tomados como os verdadeiros agentes no enfrentamento da crise climática – os representantes dos Estados presentes na conferência oficial.

Os STs contemplados pela classe 2 têm em comum o tema das “demandas populares”, com a presença de vozes diversas e trechos que tratam da emergência climática como uma ameaça aos direitos humanos. Todavia, salvo a notícia da revista Galileu, que reconhece a questão indígena e a discute de maneira crítica e contextualizada, a perspectiva dos ativistas é apresentada *ad referendum* – como no caso da notícia sobre o ativista Marcelo Rocha – ou como um agregado de diversas demandas. Como resultado, a classe 2 reúne toda sorte de reivindicações populares, o que se reflete na ausência de termos predominantes. Na AFC, é possível observar que, diferente das classes 1 (onde palavras como “Greta” e “protesto” se destacam) e da classe 3 (onde sobressaem palavras como “emissão”, “reduzir” e “gás”), a classe 2 não possui palavras de destaque. Além disso, a figura 2 mostra uma menor quantidade de palavras classificadas com $p\text{-valor} < 0,0001$ nessa classe. Com isso, infere-se que a classe 2, de um modo geral, não possui uma clara relação com a abordagem tecnocrática ou ecossocial sobre a crise socioambiental, deixando claro que a abordagem da temática “demandas populares” não implica em fomento da

justiça climática.

A classe 3, nomeada “Compromissos das partes”, é a mais distinta das três. Enquanto as classes 1 e 2 tratam dos ativistas, a terceira se concentra nas ações, metas e compromissos assumidos pelas nações nas duas edições das COPs, sobretudo no que diz respeito à mitigação da mudança climática. Esse enfoque se evidencia nas palavras mais frequentes (figura 2) e nos STTs da classe (quadro 1). Os três trechos têm em comum termos como “países”, “comprometeram”, “emissões”, “gases”, “efeito”, “estufa”, “reduzir”, “carvão”, e “energia”, os quais remetem a aspectos técnicos e políticos das negociações.

A classe 3 não apresentou maior relação com qualquer uma das mídias analisadas. Isso indica que a questão dos “compromissos das partes” é um tema mais transversal do que os abarcados pelas duas primeiras classes. Nas notícias analisadas, a apresentação do estado das negociações internacionais auxiliava na contextualização dos protestos. Palavras “crédito” e “carbono” estão fortemente relacionadas à classe ($p\text{-valor} < 0,0001$). Veja o exemplo de um STT da classe 3, de *score* 282.87, extraído da revista Vogue:

A COP 26 está acontecendo essa semana, em Glasgow, e debate os motivos para cada **país adotar** medidas para **diminuir a redução** de **poluentes**, utilizar **créditos** de **carbono** e **ajudar** com o **financiamento** para **ajudar países** mais **pobres** com medidas climáticas⁶ (VOGUE, 2021, grifo nosso).

Nesse trecho, o foco na mitigação (representado por “diminuir”, “redução”, “poluentes”), o otimismo em relação ao mercado de créditos de carbono (“créditos”, “carbono”, “ajudar”) e a confiança em negociações internacionais (“financiamento”, “ajudar”, “países”, “pobres”) expressam a estreita relação com o discurso liberal. STs classificados neste agrupamento não trazem indicativos de fomento da justiça climática. Ao contrário, apresentam uma perspectiva tecnocrática que coloca a conferência, as partes e o carbono no centro da discussão.

Considerações finais

O trabalho propôs uma sistematização dos temas que subjazem as notícias de grandes mídias sobre os ativistas climáticos na COP 26 e COP 27. Foram identificados três temas mais frequentes entre notícias sobre o ativismo climático nas edições das conferências, os quais foram sintetizados nas classes “Ativista Greta Thunberg”, “Demandas populares” e “Compromissos das partes” e discutidos em relação ao conceito de justiça climática.

Compreendendo que a justiça climática é indissociável das experiências, vulnerabilidades e demandas de comunidades locais e, sobretudo, as mais vulneráveis aos riscos da crise do clima, constatamos que a larga maioria das notícias publicadas pela Globo e UOL não fomenta a justiça climática na cobertura dos protestos paralelos às COPs 26 e 27. Ao contrário, observou-se uma inclinação dessas mídias à apresentação de pers-

6 - Notícia na íntegra em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2021/11/greta-thunberg-participa-de-protesto-e-dispara-voce-pode-enfiar-sua-crise-climatica-na-bunda.html>.

pectivas liberais e de defesa de pontos de vista hegemônicos. Os resultados corroboram estudos de mídia que apontam agências do norte global como importantes fornecedoras de conteúdo para mídias brasileiras. Mais da metade das notícias analisadas reproduziam conteúdos de agências internacionais, sobretudo europeias, o que reflete um padrão de injustiça epistêmica que subjaz as escolhas dos temas das notícias pelas mídias brasileiras.

O estudo também demonstrou que, mesmo em notícias cujo tema é o ativismo climático, houve uma tendência para a apresentação das negociações no âmbito oficial das COPs ou das perspectivas de jovens. Essas, por seu turno, estiveram muitas vezes associadas à figura da Greta Thunberg. Entre as notícias que mais pautaram as demandas populares (classe 2), apenas uma, publicada pela Galileu, reconhecia o papel agenciador de comunidades indígenas no enfrentamento da emergência climática no Brasil, sua relação com a natureza e valores culturais.

Os métodos adotados favoreceram a construção de uma visão abrangente sobre os atores e vozes ecoadas no debate climático em mídias de larga escala a partir de ferramentas de identificação de padrões de vocábulos. Essa abordagem classificatória, no entanto, é limitada pela amplitude do dicionário do Iramuteq e, logo, sua capacidade de reconhecimento de vocábulos relevantes para a análise. Uma vez que a qualidade da clusterização depende do vocabulário, da organização e da estrutura linguística dos textos, a presença de linguagem coloquial, como gírias, e ironias, sarcasmos e contextos implícitos, podem ter impactado a precisão da classificação dos segmentos de textos.

O estudo não permite extrapolar as inferências para outras edições da COP ou outros movimentos ambientalistas. Assim, ele abre espaço para que a sistematização construída seja aprimorada visando incorporar outras mídias e escalas, bem como nuances da fala, o que pode exigir o ajuste do dicionário para a captura de significados culturais, termos técnicos complexos, entre outras especificidades dos textos. Ainda, o número reduzido de notícias sobre a COP 27 impediu o desenvolvimento de análises comparativas entre as duas edições do evento, as quais seriam úteis para a consolidação de uma tipologia de narrativas mais representativa. Apesar disso, as notícias da COP 27 foram mantidas, precisamente, devido à constatação de um conjunto excessivamente reduzido de conteúdos nessa edição. Isso sugere a existência de questões subjetivas, como o cerceamento da manifestação pública de civis, que podem ter influenciado a concretização dos protestos em 2022. A repressão física e moral enfrentada pela sociedade organizada engajada em lutas socioambientais reforça o quadro de desigualdade de acesso a tomadas de decisão, questionado por movimentos de justiça climática. Nesse contexto, as mídias podem ser meios para denunciar e fazer circular novos significados sociais e perspectivas transformadoras para a sociedade brasileira diante da mudança do clima. Ao propor um entendimento crítico das interações entre o ativismo climático e mídias de ampla circulação, o trabalho oferece insights que podem informar práticas jornalísticas mais justas.

As mídias auxiliam na formação de opiniões e no agendamento de pautas públicas. Assim, é socialmente relevante que os veículos de comunicação, sejam eles nacionais, regionais ou locais, avancem em discussões climáticas que estão além da tradução de questões tecnicamente complexas. O fomento à justiça climática requer a sensibilização

do público, apelando para o potencial de ação individual, mas também para a coletividade. Na pauta do ativismo climático nas COPs, isso pode ser facilitado ao se reconhecer os manifestantes como agentes legítimos diante da realidade climática; contextualizar fatos jornalísticos a partir de uma questão regional/localmente relevante ao público (ex. desmatamento no Brasil, aumento da frequência de tempestades em diversas cidades do país); e esclarecer a relação entre os riscos e as vulnerabilidades de determinados grupos. No espectro de assuntos que tocam os problemas socioambientais, orientar a cobertura midiática para a justiça climática é também uma forma de não se furtar da realidade objetiva e historicamente constituída: os padrões de desigualdade ainda separam aqueles que se beneficiam e aqueles que mais sofrem com a degradação ambiental.

Agradecimentos

Agradecemos à União Ibero-Americana de Universidades (UIU) e, em especial, aos(as) professores(as) do curso *Desafíos y posibilidades en los estudios transnacionales e interdisciplinarios* pelas trocas de conhecimentos, incentivos e valiosas considerações feitas sobre este trabalho.

Agradecemos também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento aos projetos de pesquisas CAPES n° 88887.613020/2021-00 e CNPq n° 381825/2025-6.

Referências

AHMED, W.; VIDAL-ALABALL, J.; DOWNING, J.; SEGUÍ, F. L. COVID-19 and the 5G Conspiracy Theory: Social Network Analysis of Twitter Data. **Journal of Medical Internet Research**, [S.l.], v. 22, n. 5, p. e19458, 2020. <https://www.jmir.org/2020/5/e19458>. DOI: 10.2196/19458.

ALMEIDA JÚNIOR, A. R.; GOMES, H. L. R. M. Gestão ambiental e interesses corporativos: imagem ambiental ou novas relações com o ambiente?. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 157-177, 2012. DOI: 10.1590/S1414-753X2012000100011

ASSIS, W. F. T. Media Justifications: Strategies for Environmentalization of Ethanol Production Through Advertising. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 67-86, jul. 2016. DOI: 10.1590/1809-4422ASOC135961V1932016

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOYKOFF, M. T.; MCNATT, M. B.; GOODMAN, M. K. The cultural politics of climate change news coverage around the world. In: HANSEN, A.; COX, J. R. **The Routledge handbook of environment and communication**. Londres: Routledge, 2015, p. 221-231.

BRULLE, R. J. Networks of opposition: A structural analysis of US climate change counter-movement coalitions 1989–2015. **Sociological Inquiry**, v. 20, n. 10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/soin.12333>

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BULLARD, R. Environmental justice in the 21st century. **Debating the earth**, p. 3222-3356, 2005.

CALLENDAR, G. S. The artificial production of carbon dioxide and its influence on temperature. **Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society**, v. 64, n. 275: p. 223-240, 1938. DOI: 10.1002/qj.49706427503

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. . IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2013a. DOI: 10.9788/TP2013.2-16.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRA-MUTEQ**. LACCOS. 2013b. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, 2000, p. 16-37.

CARVALHO, A. Media and Climate Justice: What Space for Alternative Discourses? In: BHAVNANI, K.; FORAN, J.; KURIAN, P. A.; MUNSHI, D. **Climate Futures: Re-imagining Global Climate Justice**. Londres: Zed Books, 2019, p.120-126.

CARVALHO, A.; LOOSE, E. B. Climate Change in Brazilian Media. In: BREVINI B.; LEWIS, J. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang, 2018, p. 79-94.

CERON, W.; DE-LIMA-SANTOS, M. F.; QUILLES, M. G. Fake news agenda in the era of COVID-19: Identifying trends through fact-checking content. **Online Social Networks and Media**, v. 21, p. 100116, 2021. ISSN 2468-6964. DOI: 10.1016/j.osnem.2020.100116

CHAPARRO, M. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial. 2007.

CHEN, H.; HUANG, X.; LI, Z. A content analysis of Chinese news coverage on COVID-19 and tourism, **Current Issues in Tourism**, 25:2, 198-205, 2022. DOI: 10.1080/13683500.2020.1763269

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIPROSE, G.; BOND, S.; THOMAS, A. C.; BARTH, J.; URQUHART, H. The violence of (in) action: communities, climate and business-as-usual. **Community Development Journal**, v. 52, n. 3, p. 488-505, 2017. DOI: 10.1093/cdj/bsx023

DRYZEK, J. **The Politics of the Earth**, Oxford: Oxford University Press, 2013.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, A. F. A.; OLIVEIRA-FILHO, E. C. Perceptions and Willingness of Brazilian Federal District Farmers Regarding Payment for use of Water Resources. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. e02051, 2021. DOI: 10.1590/1809-4422asoc20200205r1vu2021L5AO

FERNÁNDEZ, S. P.; FERNÁNDEZ, M. M.; MENDOZA, P. A Approaching climate change to society from the media: formative elements in Spanish digital newspapers. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. e0186, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200186vu2021L2AO>

GELBSPAN, R. **The heat is on the climate crisis, the cover-up, the prescription**. New York : Basic Books, 1998.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1987.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Summary for Policymakers**, 2022. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

KASPERSON, R. E.; RENN, O.; SLOVIC, P.; BROWN, H. S.; EMEL, J.; GOBLE, R.; KASPERSON, J. X.; RATICK, S. The social amplification of risk: A conceptual framework. **Risk analysis**, v. 8, n. 2, p. 177-187, 1988. DOI: 10.1111/j.1539-6924.1988.tb01168.x

KEELING, C. D. The concentration and isotopic abundances of carbon dioxide in the atmosphere. **Tellus**, v. 12, n. 2, p. 200-203, 1960. DOI: 10.3402/tellusa.v12i2.9366

KELLER, T. R.; HASE, V.; THAKER, J.; MAHL, D.; SCHÄFER, M. S. News Media Coverage of Climate Change in India 1997–2016: Using Automated Content Analysis to Assess Themes and Topics. **Environmental Communication**, v. 14, n. 2, p. 219-235, 2020. DOI: 10.1080/17524032.2019.1643383

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTIRANI, L. A.; PERES, I. K. Water crisis in São Paulo: news coverage, public perception and the right to information. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 1, jan. 2016. DOI: 10.1590/1809-4422ASOC150111R1V1912016

MCALLISTER, L.; DALY, M.; CHANDLER, P.; MCNATT, M.; BENHAM, A.; BOYKOFF, M. Balance as bias, resolute on the retreat? Updates & analyses of newspaper coverage in the United States, United Kingdom, New Zealand, Australia and Canada over the past 15 years. **Environmental Research Letters**, v. 16, n. 9, 2021. DOI: 10.1088/1748-9326/ac14eb

MCCRIGHT, A. M.; DUNLAP, R. E. Challenging global warming as a social problem: An analysis of the conservative movement's counter-claims. **Social problems**, v. 47, n. 4, p. 499-522, 2000. DOI: 10.2307/3097132

MORAES, C. H. A mudança climática no enquadramento discursivo da revista *Época. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, p.37-56, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.49071>

NOBLE, D. O golpe climático corporativo. In: ALMEIDA JÚNIOR, A. R.; ANDRADE, T. *Mídia e Ambiente: estudos e ensaios*. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 15-28.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. **Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. New York: Bloomsbury Press, 2010.

PAINTER, J.; ASHE, T. Cross-national comparison of the presence of climate scepticism in the print media in six countries, 2007–10. *Environmental research letters*, v. 7, n. 4, 2012. DOI: 10.1088/1748-9326/7/4/044005

REVELLE, R.; SUESS, H. E. Carbon dioxide exchange between atmosphere and ocean and the question of an increase of atmospheric CO₂ during the past decades. *Tellus*, v. 9, n. 1: p. 18-27, 1957. DOI: 10.3402/tellusa.v9i1.9075

ROBINSON, M. **Climate Justice**. Organização das Nações Unidas (ONU). 2019. <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2019/05/climate-justice/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SÁNCHEZ, A. F.; ARROZ, A. M.; GABRIEL, R. Social representations about sustainable development: the perspectives of residents of small islands' cities. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, 2021. DOI: 10.1590/1809-4422asoc20180212r1vu2021L3AO

SCHLOSBERG, D.; COLLINS, Lisette B. From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 5, n. 3, p. 359-374, 2014. DOI: 10.1002/wcc.275

UCS. **The Climate Deception Dossiers**, 2013. Disponível em: <<https://www.ucsusa.org/resources/climate-deception-dossiers#:~:text=Containing%2085%20internal%20memos%20totaling,by%20the%20fossil%20fuel%20industry>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VIVARTA, V. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007-julho de 2007 a dezembro de 2008** (Relatório de Pesquisa/2010). Brasília, DF: Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), 2010.

ZAMITH, R.; PINTO, J.; VILLAR, M. E. Constructing climate change in the Americas: An analysis of news coverage in US and South American newspapers. *Science Communication*, v. 35, n. 3, p. 334-357, 2012. DOI: 10.1177/1075547012457470

Tainá Yumi Patriani

✉ taina.patriani@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0047-5332>

Submetido em: 08/08/2023

Aceito em: 10/12/2024

2025;28:e00093

Ergon Cugler de Moraes Silva

✉ contato@ergoncugler.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5753-1705>

Entre Narrativas y Justicia Climática: Cobertura de Globo y UOL sobre activismo en las COPs

Tainá Yumi Patriani
Ergon Cugler de Moraes Silva

Resumen: Aunque la creciente presencia del cambio climático en los medios de comunicación promueva su popularización, las narrativas sobre cuestiones socioambientales nunca han sido neutrales ni unánimes. Este estudio analiza la cobertura de los principales conglomerados de medios de comunicación brasileños, Globo y UOL, sobre las protestas durante las Conferencias de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP) 26 y 27. El objetivo fue identificar los temas principales de las noticias publicadas en los portales al abordar las protestas y discutirlos desde la perspectiva de la justicia climática. Se utilizaron análisis de contenido asistidos por Inteligencia Artificial (IA) no supervisada para clasificar 45 noticias. Los resultados muestran la formación de tres grupos temáticos diferentes: “Activista Greta Thunberg”, “Demandas populares” y “Compromisos de las partes”. A excepción de una noticia, las narrativas encontradas no promueven la justicia climática. Más de la mitad de las noticias provienen de agencias internacionales.

Palabras-clave: Protestas; justicia climática; medios de comunicación; análisis léxico; COP.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Artículo original

Between Narratives and Climate Justice: Globo and UOL's Coverage of Activism at the COPs

Tainá Yumi Patriani
Ergon Cugler de Moraes Silva

Abstract: Although climate change is increasingly covered in the media, the narratives surrounding socio-environmental issues have never been neutral or unified. This study examines how the largest Brazilian media conglomerates, Globo and UOL, covered the popular protests during the 26th and 27th editions of the United Nations Conference on Climate Change (Conference of the Parties - COP). We intended to identify the main themes of the news articles published on these portals regarding the protests and discuss them through the lens of climate justice. Content analysis assisted by unsupervised Artificial Intelligence (AI) was used to cluster 45 news articles. The results reveal three distinct thematic clusters: "Activist Greta Thunberg," "Popular Demands," and "Commitments of the Parties." Except for one news article, the narratives found do not promote climate justice. Additionally, more than half of the news articles were from international agencies.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Original Article

Keywords: Protests; climate justice; media; lexical analysis; COP.